



CONCOURS CENTRALE•SUPÉLEC

Portugais

MP, PC, PSI, TSI

4 heures

Calculatrices interdites

2017

L'usage de tout système électronique ou informatique est interdit dans cette épreuve.

Rédiger en portugais et en 500 mots une synthèse des documents proposés, qui devra obligatoirement comporter un titre. Indiquer avec précision, à la fin du travail, le nombre de mots utilisés (titre inclus), un écart de 10% en plus ou en moins sera accepté.

Ce sujet propose les 5 documents suivants :

- un texte de la commission nationale de l'UNESCO ;
- extrait d'un article de VANESSA RATO, paru dans *Público*, du 7 septembre 2014 ;
- deux dessins ;
- un article de PAULO VIRGILIO, du 26 septembre 2012.

L'ordre dans lequel se présentent les documents est aléatoire.

Proteger o nosso património e promover a criatividade cultural

No atual mundo globalizado, o poder da cultura para transformar as sociedades é claro. Nas suas diversas manifestações, desde os nossos monumentos históricos e museus às práticas tradicionais e formas de arte contemporâneas, a cultura enriquece as nossas vidas quotidianas de inúmeras formas. O património constitui uma fonte de identidade e coesão para as comunidades afetadas pela mudança desconcertante e pela instabilidade económica. A criatividade contribui para a construção de sociedades abertas, inclusivas e pluralistas. Tanto o património como a criatividade constituem as bases de uma sociedade do conhecimento vibrante, inovadora e próspera.

A UNESCO acredita que o desenvolvimento não poderá ser sustentável sem uma forte componente cultural. Na realidade, só uma abordagem do desenvolvimento centrada no ser humano e baseada no respeito mútuo e diálogo aberto entre culturas poderá produzir resultados duradouros, inclusivos e equitativos. No entanto, até recentemente a cultura tem estado ausente das reflexões sobre o desenvolvimento.

Para garantir que a cultura assume o lugar a que tem direito nos processos e estratégias de desenvolvimento, a UNESCO adoptou uma abordagem tripartida: lidera a sensibilização em prol da cultura e do desenvolvimento em todo o mundo, actua junto da comunidade internacional para definir políticas e quadros jurídicos transparentes, e trabalha no terreno apoiando os governos e as partes interessadas locais na salvaguarda do património, no fortalecimento das indústrias criativas e no incentivo ao pluralismo cultural.

As convenções culturais da UNESCO, amplamente conhecidas, constituem uma plataforma global única para a cooperação internacional e estabelecem um sistema de governança cultural holístico¹, baseado nos direitos humanos e nos valores comuns. Estes tratados internacionais visam proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo, incluindo os sítios arqueológicos, património imaterial e subaquático, coleções de museus, tradições orais e outras formas de património bem como apoiar a criatividade, a inovação e o surgimento de sectores culturais dinâmicos.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)

¹ De *holismo*: “na área das ciências sociais, método em que, para explicar um fenómeno particular ou individual, se deverá analisá-lo como resultante de um conjunto de ações, crenças ou atitudes coletivas, pelo que o indivíduo é considerado como um elemento dentro de uma estrutura social que orienta e explica a sua ação”, in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015.

Brasões coloniais: preservar propaganda ou suprimir um testemunho histórico?

VANESSA RATO, 07 de setembro de 2014

Sabemos olhar para um jardim como património? Conquistámos já distância para lidar com o passado colonial português? Paisagistas, artistas e sociólogos discutem a polémica em torno do anúncio de supressão dos brasões coloniais do Jardim do Império, em Lisboa.

Em Portugal, ainda não olhamos para a matéria mu-tável e perecível de um jardim ou de uma paisagem da mesma forma que olhamos para a matéria semi-permanente da pedra, do ferro e do cimento. Apesar dos estudos, tratados, convenções e leis, no fundo não reconhecemos aos jardins e paisagens o mesmo valor patrimonial que a um monumento ou escultura. [...]

Segundo os especialistas na área, esta é a raiz do problema em torno da polémica intenção de supressão dos brasões coloniais do Jardim da Praça do Império, na zona de Belém, em Lisboa, confirmada há uma semana pelo vereador do Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público, José Sá Fernandes.

Originalmente talhados em flores e buxo, os oito brasões identificam simbolicamente as antigas colónias portuguesas designadas pelo Estado Novo como “províncias ultramarinas”. Fazem parte de uma sequência de 32 brasões que identificam ainda as capitais dos distritos administrativos continentais e ordens como a de Cristo e Avis.

Hoje, o conjunto está em más condições de conservação, com o recorte e o cromatismo originais a tornarem-se indistintos. Sá Fernandes propôs-se recuperar parte dos brasões — todos menos os ligados ao passado colonial português. Fez saber considerá-los “ultrapassados”, presenças que “não faz sentido manter”.

Em certos sectores, o argumento poderá até ser aceite como válido. É aceite por historiadores como Fernando Rosas, para quem “não faz nenhum sentido preservar [os oito brasões coloniais], a não ser por propósitos ideológicos passadistas”. No entanto, para paisagistas e outros agentes da Cultura, há outras dimensões a ter em conta. [...]

O especialista João Gomes da Silva explica: “[O mosaico de brasões] corresponde a uma obra de época que procura explicitar uma determinada ideologia, tem um sentido político evidente e, por isso, permite-nos ler determinado período da história. São símbolos que representam a unidade ideológica de Portugal como conjunto de espaços continentais e ultramarinos. É o conjunto que afirma a ideia de Portugal como foi visto pelo fascismo.” [...]

Nos anos 1940, o Jardim da Praça do Império veio inscrever-se na prevista zona nobre de Belém, uma zona monumental entre dois símbolos maiores de afirmação da identidade nacional: o Mosteiro dos Jerónimos, a norte, e o Padrão dos Descobrimentos, a sul. Nas últimas décadas, o Centro Cultural de Belém, a ocidente, e o novo Museu dos Coches, a oriente, vieram juntar-se a esse articulado.

“Tudo isto tem um significado”, sublinha João Gomes da Silva, “podemos gostar ou não, mas tem um significado.” [...] “Também se demolia, então, o Padrão dos Descobrimentos. Toda a plataforma de pedra faz uma representação do Mundo Português, que é a de um certo momento... Historicamente, temos de pôr o Padrão dos Descobrimentos num mesmo plano que o conjunto dos brasões.” [...]

Na verdade, por todo o mundo, em momentos de crise e profunda transformação sociopolítica, símbolos do passado vão sendo apagados por sucessivos grupos sociais dominantes. Ao longo de toda a história, símbolos impostos como positivos num momento passaram, no seguinte, a ser lidos como sombras a rasurar. Por outro lado, a história das cidades é também ela de constante mutação. E quase sempre que se intervém anula-se — quer uma presença quer um vazio. O problema é distinguir entre o que vale como inscrição e o que não vale, entre aquilo que da história queremos manter ou descartar. Motivo pelo qual, em relação aos brasões coloniais, se aponta a Sá Fernandes a ausência de um debate prévio, de uma decisão informada e de um projecto culto e consistente. [...]

“O grande drama é que os gestos não são acompanhados de reflexões críticas”, diz também o artista plástico Vasco Araújo, que tem dedicado grande parte da sua investigação e prática artística às questões do colonialismo e pós-colonialismo. “Deixar de ter, abolir, é um apagamento da história. Se desapareceu, porque desapareceu? Porque é que 40 anos depois do 25 de Abril Portugal quer deixar de ter passado?”, pergunta. “Podemos decidir que este discurso [materializado nos brasões] não nos interessa. Nem sequer acho que este apagamento seja forçosamente mau, mas tem de ser feito de forma crítica. As ervas estão a crescer? Não há dinheiro para manter? Esse discurso é que não é válido.”

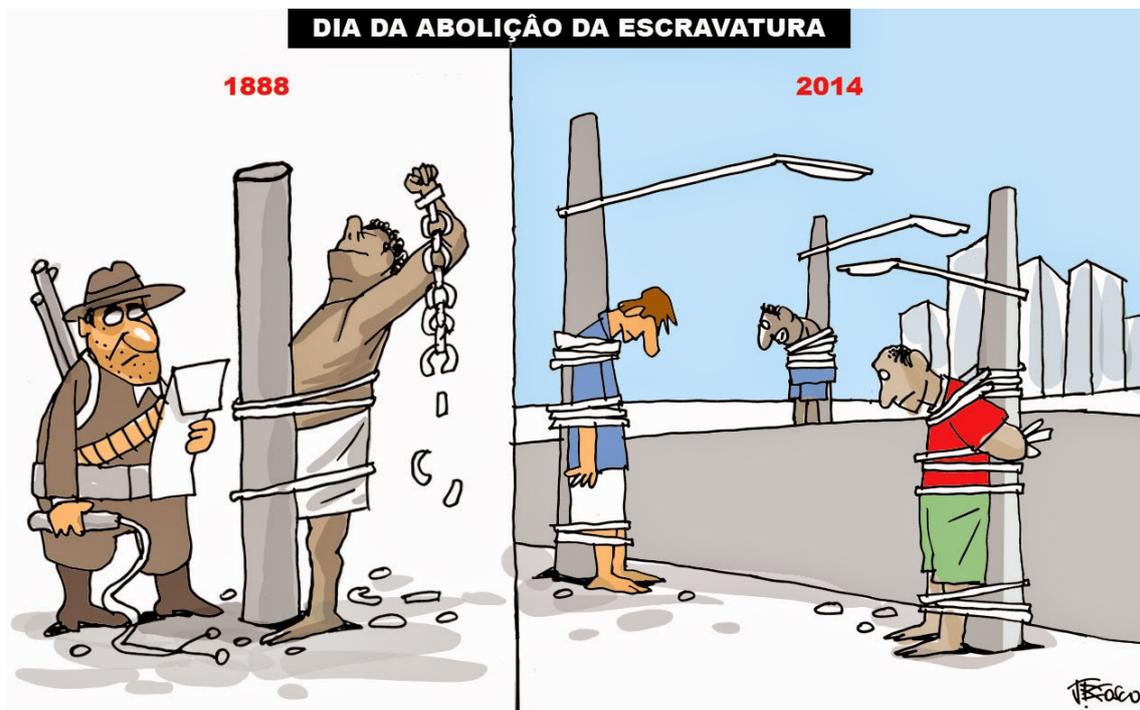
Estas declarações foram feitas ao PÚBLICO nos últimos dias da semana. Entretanto, ontem, “no seguimento da polémica” em torno da supressão dos brasões, a Lusa publicou uma notícia em que se faz saber que, “até ao final do ano”, a Câmara Municipal de Lisboa lançará um concurso de ideias para a renovação do Jardim do Império. [...]

Na opinião da investigadora Elsa Peralta, em vez

de um Museu dos Descobrimentos, seria importante ter, antes, em Belém, um Museu da Escravatura. “Falta um espaço de auto-reflexividade relativamente não só aos benefícios como também às responsabilidades históricas que temos. Falta esse espaço em Belém, eventualmente coexistindo com todos estes ornamentos que fazem parte da história patrimonial. As sociedades evoluídas têm capacidade de fazer a sua auto-análise. É o que reivindicaria para Belém.”



BLOG DA PANDORA ESCOLA DE ARTE, 13 de maio – Abolição da Escravatura



De JOÃO BOSCO, jornalista, cartunista, ilustrador, caricaturista e chargista do jornal *O LIBERAL*, de Belém do Pará, desde 1988.

Projeto da Unesco vai listar 100 lugares mais significativos da memória da escravidão no Brasil

PAULO VIRGILIO, 26 de setembro de 2012

A relação dos 100 locais mais significativos da memória do tráfico negreiro e da história dos africanos escravizados no Brasil será apresentada na próxima quarta-feira (25), no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro, durante a quarta edição do Festival Internacional do Filme de Pesquisa sobre História e Memória da Escravidão Moderna.

Elaborada com base em uma pesquisa iniciada no ano passado, a lista é uma iniciativa do projeto Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade, criado em 1994 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Com uma programação de oito filmes, o festival é uma mostra itinerante realizada anualmente em mais de dez cidades, de três continentes. O evento é organizado por uma rede internacional de pesquisa, da qual fazem parte as universidades de York e Laval, do Canadá, a École de Hautes Études en Sciences Sociales e o Centre National de la Recherche Scientifique, da França, e o Laboratório de História Oral e Imagem, da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Brasil.

Um dos destaques da mostra, que tem curadoria das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, é o filme *Os Escravos de Ontem, Democracia e Etnicidade no Benin*, ganhador do prêmio do júri da edição festival realizada no ano passado no Museu do Quai Branly, em Paris. Também será lançada a caixa de DVDs *Passados Presentes*, com quatro filmes de pesquisa realizados com descendentes de escravizados das antigas áreas cafeeiras do Vale do Paraíba, no sul fluminense.

Convidado do evento, o fotógrafo e antropólogo Milton Guran, representante brasileiro no Comitê Científico do projeto Rota do Escravo, fará a apresentação dos locais de memória, escolhidos pelo laboratório da UFF a partir de contribuições não só de acadêmicos, mas também de representantes da sociedade civil vinculados às diversas manifestações da cultura afrobrasileira.

“São os portos de desembarque, os mercados de escravos, as irmandades fundadas por africanos no Brasil, que tiveram um papel fundamental no diálogo da massa escravizada com o poder político da época e na busca pela compra da liberdade, os quilombos e algumas manifestações culturais que foram efetivamente fundadas por africanos depois de chegarem ao Brasil”, explica Guran. “Não se trata de toda a cultura afrobrasileira, mas daqueles lugares que marcam a ação do tráfico e as estratégias iniciais daqueles africanos que chegaram ao Brasil”, esclarece o antropólogo.

De acordo com Guran, a intenção do projeto é que os lugares de memória sejam reconhecidos pelos seus respectivos municípios, com pelo menos uma placa sinalizando o local. “Nós consideramos como o mais emblemático lugar de memória do tráfico no Brasil e nas Américas o Cais do Valongo, na zona portuária do Rio. Lá, funcionou o maior porto de entrada de escravos africanos das Américas”, destaca.

Para o antropólogo, as obras de revitalização da zona portuária carioca, o chamado Porto Maravilha, vão proporcionar, pela primeira vez na história, a devida proteção aos locais de memória da escravidão. “O sítio arqueológico do Cais do Valongo vai ficar, após a conclusão das obras, no meio de um grande monumento em homenagem aos afrodescendentes do Brasil”.

Milton Guran espera que os locais da Rota do Escravo sirvam de estímulo para o turismo de memória. “A Unesco identificou, a nível planetário, um movimento importante, por parte dos afrodescendentes, de buscar as referências. E isto tende a aumentar, na medida em que hoje temos uma classe média de descendência africana bastante significativa. No Brasil nem tanto, mas nos Estados Unidos, onde as políticas afirmativas já existem há décadas, muitos afroamericanos preferem conhecer um lugar ligado à sua origem do que visitar Florença, Veneza ou Paris”, afirma.